



PARTIDO DOS TRABALHADORES
Diretório Nacional

RESOLUÇÃO CEN/PT

A presente Resolução tem como objetivo estabelecer os critérios para distribuição dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC pelo Partido dos Trabalhadores para as Eleições Municipais de 2024.

A Comissão Executiva Nacional do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores – CEN/DN, nos termos do art. 16-C, §7º, da Lei nº 9.504/1997, no art. 6º, § 4º, da Resolução-TSE nº 23.605/2019, do art. 116 de seu Estatuto, e da Resolução nº 10/2024, da Federação Brasil da Esperança, de 3 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Os critérios estabelecidos na presente Resolução para a distribuição dos recursos do FEFC seguirão os dispositivos da Lei nº 9.504/97 e da Resolução-TSE nº 23.605/2019, da Resolução nº 10/2024, da Federação Brasil da Esperança, de 3 de abril de 2024, assim como de outras deliberações da instancia nacional.

Das Regras Gerais

Art. 2º O Partido dos Trabalhadores distribuirá a integralidade dos recursos do FEFC que lhe forem disponibilizados em observância dos **percentuais** estabelecidos na ADI nº 5.617/DF (DJE de 3.10.2018), na ADPF-MC nº 738/DF (DJE de 29.10.2020), na Consulta nº 0600252-18 (DJE de 15.8.2018) e na Consulta nº 0600306-47 (DJE de 5.10.2020), ambas do TSE, conforme disposto a seguir:

I – Para as **candidaturas femininas** o percentual corresponderá a proporção dessas candidaturas em relação a soma das candidaturas masculinas e femininas do partido, não podendo ser inferior a 30% (trinta por cento);



II – Para as **candidaturas de pessoas negras** o percentual corresponderá à proporção de:

- a) mulheres negras e não negras do gênero feminino do partido; e
- b) homens negros e não negros do gênero masculino do partido; e

III – Os percentuais de candidaturas femininas e de pessoas negras serão obtidos pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas do partido em âmbito nacional.

§1º Os percentuais de candidaturas femininas e de candidaturas de pessoas negras do Partido dos Trabalhadores serão obtidos pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas do partido em âmbito nacional, sendo os percentuais apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral ao término dos registros de candidaturas e divulgados na sua página da internet até o dia 20 de agosto de 2024.

Art. 3º O **Diretório Nacional**, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, efetuará o repasse de recursos do FEFC diretamente às candidaturas **majoritárias e proporcionais** nos **municípios com mais de 100 mil eleitores**, de acordo com as premissas estabelecidas nesta Resolução nos percentuais mínimos de recursos a serem destinados a candidaturas femininas e de pessoas negras.

Art. 4º Os **Diretórios Estaduais**, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, efetuarão a distribuição dos recursos do FEFC às candidaturas nos **municípios com menos de 100 mil eleitores**, de acordo com as premissas estabelecidas nesta Resolução nos percentuais mínimos de recursos a serem destinados a candidaturas femininas e de pessoas negras.

Art. 5º **Todos os Diretórios Estaduais** do Partido dos Trabalhadores receberão recursos do FEFC.

Art. 6º Será reservado percentual a ser definido pela Comissão Executiva Nacional para suplementação dos recursos das candidaturas majoritárias e proporcionais indicadas pelas **Secretarias Setoriais** com assento na CEN/DN.

Art. 7º Será constituído **fundo de reserva** por meio do qual o Diretório Nacional repassará recursos do FEFC diretamente às candidaturas majoritárias e proporcionais.

Art. 8º O Partido dos Trabalhadores não destinará recursos do FEFC a **outros partidos**.

Dos Municípios com mais de 100 mil Eleitores

Art. 9º A Comissão Executiva **Nacional**, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, **definirá os valores** a serem destinados às candidaturas **majoritárias** nos municípios com mais de 100 mil eleitores, de acordo com as premissas estabelecidas nesta Resolução e nos percentuais mínimos de recursos a serem destinados a candidaturas femininas e de pessoas negras.

§1º As candidaturas a **vice-prefeito/a** nos municípios com mais de 100 mil eleitores poderão receber recursos do FEFC mediante deliberação da Comissão Executiva Nacional.

§2º O Diretório Nacional efetuará o repasse de recursos do FEFC diretamente às candidaturas que participarem do **segundo turno**.

Art. 10 A Comissão Executiva Nacional, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, disponibilizará **estrutura coletiva** de apoio às candidaturas, com a finalidade de garantir a otimização dos recursos, a organização da estratégia local e a manutenção do vínculo nacional.

§1º A estrutura coletiva a ser disponibilizada pelo Diretório Nacional contemplará o custeio de passagens aéreas, fretamento de aeronaves, realização de pesquisas, hospedagem, logística para eventos de campanha e produção e distribuição de programas para propaganda em rádio, TV e mídias sociais, material gráfico, serviços jurídicos perante Tribunais Superiores e outras despesas.

§2º Todas as despesas das estruturas coletivas serão realizadas em proveito das candidaturas municipais e a elas atribuídas por meio de doações estimáveis em dinheiro.

Art. 11 A Comissão Executiva Nacional **aprovará**, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, os valores estabelecidos pelos Diretórios Municipais para distribuição de recursos do FEFC para candidaturas **proporcionais**

nos municípios com mais de 100 mil eleitores, observadas as premissas estabelecidas nesta Resolução.

§1º As respectivas Comissões Executivas Municipais devem encaminhar para a Comissão Executiva Nacional a **proposta de distribuição** de recursos.

§2º As candidaturas que entenderem terem sido prejudicadas poderão apresentar recurso à Comissão Executiva Nacional contra os valores estabelecidos pela respectiva Comissão Executiva Municipal.

§3º Eventuais recursos aos quais se refere o parágrafo anterior deverão ser apresentados diretamente à Comissão Executiva Nacional, em até três dias da divulgação dos valores pelo Diretório Municipal.

§4º Todas as candidaturas **proporcionais** nos municípios com mais de 100 mil eleitores receberão recursos do FEFC, diretamente ou por meio de doação estimável decorrente da estrutura coletiva.

§5º O Diretório Nacional poderá repassar recursos do FEFC para os Diretórios Municipais, os quais destinarão recursos para as respectivas candidaturas proporcionais.

Art. 12 Os Diretórios Municipais ou o Diretório Nacional, nos municípios com mais de 100 mil eleitores **onde não houver candidatura própria majoritária**, deverão garantir a **estrutura coletiva** às candidaturas que não receberem recursos financeiros do FEFC diretamente do Diretório Nacional com, no mínimo, a disponibilização dos serviços jurídicos e contábeis.

Parágrafo único. As Comissões Executivas Municipais deverão informar à Comissão Executiva Nacional quais os grupos de despesas serão contemplados na estrutura coletiva municipal para aprovação da Comissão Executiva Nacional.

Dos Municípios com menos de 100 mil Eleitores

Art. 13 O repasse de recursos do FEFC às candidaturas nos municípios com menos de 100 mil eleitores será efetuado pelos respectivos **Diretórios Estaduais**, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§1º As Comissões Executivas Municipais devem encaminhar às respectivas Comissões Executivas Estaduais a **proposta** de distribuição de recursos para as candidaturas, a qual será analisada e aprovada.

§2º As Comissões Executivas Estaduais, em conjunto com a bancada Federal do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, deverão **aprovar as propostas** de distribuição de recursos para as candidaturas proporcionais em seus respectivos municípios com menos de 100 mil eleitores.

§3º As candidaturas que entenderem terem sido prejudicadas poderão apresentar **recurso** ao Diretório Estadual contra os valores estabelecidos pela respectiva Comissão Executiva Estadual.

§4º Eventuais recursos aos quais se refere o parágrafo anterior deverão ser apresentados diretamente ao Diretório Estadual, em até três dias da divulgação dos valores pela Comissão Executiva Estadual.

§5º As candidaturas a **vice-prefeito/a** nos municípios com menos de 100 mil eleitores poderão receber recursos do FEFC mediante deliberação da respectiva Comissão Executiva Estadual.

Art. 14 Todos os Diretórios Estaduais deverão garantir **estrutura coletiva** em favor dos Diretórios Municipais e das candidaturas onde houver necessidade.

§1º As Comissões Executivas Estaduais deverão informar à Comissão Executiva Nacional quais os grupos de despesas serão contemplados na estrutura coletiva estadual.

§2º Para viabilizar a prestação de contas dos diretórios municipais e das candidaturas mencionadas no caput deste artigo, a estrutura coletiva estadual contemplará, no mínimo, os serviços contábeis e jurídicos.

§3º As candidaturas que entenderem terem sido prejudicadas poderão apresentar recurso diretamente ao Diretório Estadual, em até três dias da divulgação dos valores.

Das Disposições Finais



Art. 15 Para que candidatos/as tenham acesso aos recursos do FEFC, deverão fazer **requerimento** por escrito ao órgão partidário respectivo, nos termos do que estabelece esta Resolução.

Art. 16 A **regularidade dos gastos** eleitorais realizados com recursos do FEFC será analisada na respectiva prestação de contas eleitoral dos diretórios e das candidaturas.

§1º O Diretório Nacional efetuará o repasse de recursos do FEFC aos Diretórios Estaduais e Municipais em duas parcelas.

§2º Os Diretórios Estaduais e Municipais que receberem recursos do FEFC deverão comprovar que cumpriram os percentuais mínimos para candidaturas femininas e de pessoas negras.

§3º Os recursos provenientes do FEFC que não forem utilizados nas campanhas deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, na forma disciplinada pela Resolução-TSE nº 23.607/2019.

Art. 17 Os recursos do FEFC destinados ao custeio das campanhas femininas e de pessoas negras será aplicado exclusivamente nestas campanhas, sendo ilícito o seu emprego no financiamento de outras campanhas não contempladas nos percentuais a que se destinam.

§1º O disposto no caput deste artigo não impede o pagamento de despesas comuns com candidatos do gênero masculino e de pessoas não negras e/ou a transferência ao órgão partidário de verbas destinadas ao custeio da sua cota-parte em despesas coletivas, desde que haja benefício para campanhas femininas e de pessoas negras.

§2º Na hipótese de descumprimento das regras dispostas neste artigo, nos termos do § 7º, art. 17, da Resolução-TSE nº 23.607/2019, configura-se a aplicação irregular dos recursos, devendo o valor repassado irregularmente ser recolhido ao Tesouro Nacional pelo diretório partidário ou candidato/a que realizou o repasse tido por irregular, respondendo solidariamente pela devolução a pessoa recebedora, na medida dos recursos que houver utilizado.

§3º Os recursos destinados ao custeio das campanhas femininas e de pessoas negras serão distribuídos até o dia 30 de agosto de 2024.

Art. 18 Todas as deliberações das Comissões Executivas Estaduais e Municipais poderão ser revistas pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 19 Casos omissos ou advindos de novas deliberações da Justiça Eleitoral serão resolvidos pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 20 Esta Resolução será amplamente divulgada por intermédio da página eletrônica do Partido dos Trabalhadores.

Art. 21 O Diretório Nacional encaminhará petição à presidência do Tribunal Superior Eleitoral, indicando os critérios fixados nesta Resolução para distribuição do FEFC, acompanhado de:

- I – Ata da reunião, subscrita por integrantes da executiva nacional do partido, com reconhecimento de firma em Cartório ou certificação digital;
- II – Prova material de ampla divulgação dos critérios de distribuição do FEFC; e
- III – Indicação dos dados bancários de uma única conta-corrente, aberta exclusivamente em nome do Diretório Nacional para movimentação dos recursos do FEFC.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor, na data de seu registro em Cartório.

Brasília, em 8 de julho de 2024.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
PARTIDO DOS TRABALHADORES



PARTIDO DOS TRABALHADORES
Diretório Nacional

**Extrato da Ata de Reunião da Comissão Executiva Nacional
do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores**

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro (08.07.2024), na forma de videoconferência através da plataforma ZOOM, às dez horas e trinta minutos, por meio do link: <https://us02web.zoom.us/j/82057643737?pwd=TR9O91I9gVwwj1XnzQ04iXrKriKs1I.>, os membros da Comissão Executiva Nacional do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, identificados através da lista anexa, aprovaram, por ampla maioria e na forma do incluso anexo, Resolução que trata dos critérios para a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas – FEFC, de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.504/97 e da Resolução-TSE nº 23.605/2019, da Resolução nº 10/2024, da Federação Brasil da Esperança. Na mesma ocasião foi autorizado à Presidenta Nacional e à Secretária Nacional de Finanças e Planejamento, a condução necessária perante o Tribunal Superior Eleitoral, podendo extrair e assinar todo e qualquer documento. Nada mais.

Brasília, em 8 de julho de 2024.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
PARTIDO DOS TRABALHADORES